



VILAREALSTºANTONIO

1
Ass.
M

ATA N.º 2/2014

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
21 DE JANEIRO DE 2014.

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de 2014, em Vila Nova de Cacela, no edifício sede da Freguesia de Vila Nova de Cacela, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Vice-Presidente, **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, por ausência do Senhor Presidente, comigo, Ana Teresa Roberto Palma Guerreiro, Chefe de Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, compareceram, pelas 09.00 horas, os Srs. Vereadores **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Sílvia Maria Lopes Madeira**, **David Matias Murta**, **José Ernesto Gomes Barão** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- RENOVAÇÃO EXCECIONAL DO CONTRATO DE TRABALHO DA TRABALHADORA MARIA VITÓRIA RAMOS BRINGEL PARA O ANO DE 2014;
- REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS;
- PLANO ANUAL DE INTERVENÇÃO ESCOLAR PARA O ANO 2014;
- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O PADEL CLUBE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS BANCAS N.º 155 E 157 DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO A RUI ALEXANDRE BERNARDO;
- PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO RAMO DE ATIVIDADE PREVISTO PARA AS LOJAS N.º 30 E 31 DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÊNCIA MÃO AMIGA;

- MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - DELEGAÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - EXIGÊNCIA AO GOVERNO PARA A ENTREGA IMEDIATA DAS SALAS QUE ESTÃO EM CONDIÇÕES DE SER UTILIZADAS;
- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PRAIA DA MANTA ROTA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências do Sr. Presidente, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, por se encontrar em serviço do Município, e do Sr. Vereador **Luis Miguel Cristo Salvador Salas**, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.160.510,42 € (um milhão cento e sessenta mil quinhentos e dez euros e quarenta e dois cêntimos).

3
AEL.
X

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Vice-Presidente deu conhecimento e entregou documentação sobre as respostas a requerimentos apresentados na reunião realizada em 3 de dezembro de 2013 pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária sobre o mediador do Município de Vila Real de Santo António que está afeto ao Projeto e o relatório de atividades realizadas desde o início da vigência do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, documentos que ficam anexos à ata.

Pela Sra. Vice-Presidente foi proposto a inclusão da seguinte Proposta:

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NA FREGUESIA DE MONTE GORDO - RUA MANUEL DE ARRIAGA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão da Proposta.

O Sr. Vereador David Murta solicitou um ponto de situação sobre o processo de delegação de competência nas Freguesias, bem como sobre a Proposta de Intervenção relativa a um Caminho Municipal na Freguesia de Vila Nova de Cacela, na qual solicitavam a realização de uma obra de repavimentação, apresentada na reunião ordinária de 19 de novembro de 2013.

Referiu ainda que há locais emblemáticos da Freguesia de Vila Nova de Cacela, Cacela Velha e Fábrica, que necessitam de mais atenção, nomeadamente, a muralha de Cacela Velha, os contentores enterrados em Cacela Velha, as obras na Casa do Pároco, assim como, o espaço que foi objeto de requalificação no Sítio da Fábrica está a necessitar de limpeza e algumas renovações. Disse que o terreno onde se realiza o Mercado Mensal de Cacela necessita de uma limpeza nas áreas verdes circundantes, dado o perigo de incêndios que os mesmos acarretam.

4
Aut.
X

O Sr. Vereador José Cruz solicitou esclarecimentos relativos à situação da Psicóloga que está adstrita Junta de Freguesia de Cacela. Questionou também sobre o procedimento das ossadas dentro de sacos de plástico nas catacumbas no Cemitério de Cacela Velha, sendo que neste assunto deveria ser o presidente da Junta de Freguesia interpolado quanto ao mesmo, dado ser da sua competência.

Solicitou um ponto de situação sobre o Conservatório de Vila Real de Santo António, tendo em conta que tem havido reclamações de alguns pais de alunos daquela entidade. Referiu ainda que a responsável pelo Conservatória está há dois anos sem receber qualquer apoio monetário da câmara municipal. O contrato de comodato com o Conservatório ainda tem oito anos de vigência, pelo que, alguma coisa tem que se fazer.

Em resposta às questões colocadas respondeu a Sr.^a Vice-Presidente da seguinte forma:

Relativamente à questão da delegação de competências informou que já foi realizada a primeira reunião com as Freguesias. No entanto, quanto às competências no âmbito das escolas, já foi celebrado um acordo de colaboração.

Quanto à intervenção relativa a um Caminho Municipal na Freguesia de Vila Nova de Cacela, informou que não tem conhecimento do mesmo assunto, pelo que, será respondido aos vereadores da oposição por escrito posteriormente.

As obras na Casa do Pároco estão a avançar neste momento, tendo sofrido alguns atrasos por se tratar de obras ao abrigo de fundos comunitários.

Quanto à zona do mercado de Cacela, e de acordo com informação do Sr. Vereador João Rodrigues, está a ser elaborado um procedimento para proceder à limpeza do mesmo.

Esclareceu que a Psicóloga da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela esteve a exercer funções nesse local ao abrigo de um estágio profissional e de um Programa do IEFP, mas ambos já terminaram. Atualmente, está inserida num programa ocupacional através da Delegação da Cruz Vermelha, tendo informado o Município que apenas iria realizar 10 horas presenciais por semana naquela junta de freguesia, ao abrigo do estágio para a Ordem dos Psicólogos, não se mostrando interessada em cumprir mais horas no mesmo. A Sr. Vice-Presidente informou que irá ocorrer a colocação de um psicólogo do município na Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela.

Quanto ao Conservatório referiu que no mesmo existem dois regimes de ensino: o ensino articulado e o ensino particular. O ensino articulado, e é desse que os pais estão a reclamar, é da responsabilidade do Ministério da Educação. Quanto aos contratos-programa, informou que há dois anos que a Câmara Municipal não celebra este tipo de contratos com associações, só o fazendo com IPSS. Nos anos em que se celebraram contratos-programa com o Conservatório, foi pedido à diretora do mesmo que apresentasse relatórios de contas, com demonstração das receitas obtidas. A referida diretora nunca prestou contas ao município. A dívida que município tem para com o Conservatório está toda incluída no PAEL. Apesar da não celebração de contratos-programa, o município continua a assumir o pagamento da luz e da água, todos os meses, assim como, não cobra qualquer montante pela utilização do edifício onde funciona o Conservatório, o qual é propriedade do Município.

A Vereadora informou que iria reunir com os pais dos alunos do Conservatório e com a diretora do mesmo, tendo convidado o Vereador José Cruz para estar presente, ao que o mesmo aceitou. O Vereador David Murta também pediu para estar presente nessa reunião quando a mesma se realizar.

6
Aut.
H

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

RENOVAÇÃO EXCECIONAL DO CONTRATO DE TRABALHO DA TRABALHADORA MARIA VITÓRIA MACHADO RAMOS BRINGEL PARA O ANO DE 2014.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado ao abrigo do disposto no artigo 5 n.º 3 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, do disposto no artigo 3.º n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e do artigo 55.º n.º 1, n.º 2 e n.º 8 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo acima identificado, por mais um período de um ano, com o devido enquadramento legal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

O Vereador José Cruz questionou quais as funções que a trabalhadora exerce, tendo-lhe sido respondido pela Vice-Presidente que exercia funções como assistente operacional, assegurando a limpeza do edifício sede da câmara municipal.

O Sr. Vereador David Murta também formulou a mesma questão.

7
Sul
No

REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser aprovada a proposta de Regulamento de atribuição e gestão de viaturas municipais, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

O Vereador José Cruz referiu que o regulamento veio prever as situações que lhe preocupavam quanto ao uso de viaturas de serviço.

O Vereador David Murta felicitou a elaboração do regulamento e questionou quem tinha sido responsável pelo mesmo, ao que, o Sr. Vereador João Rodrigues respondeu terem sido os serviços da câmara municipal a elaborarem. Perguntou ainda quais seriam os passos seguintes desta proposta de regulamento, se iria existir período de discussão, se iria para apreciação na especialidade, ou mesmo se não teria de ser sujeito à aprovação da Assembleia Municipal.

O Sr. Vereador João Rodrigues referiu que iria ficar atento à monitorização da aplicação do regulamento, designadamente quanto ao mencionado nos números 1 e 2 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 29.º.

8
Pue.
N

PLANO ANUAL DE INTERVENÇÃO ESCOLAR PARA O ANO 2014.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovado o Plano Anual de Intervenção Escolar para o ano 2014, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

A Vice-Presidente explicou que o presente plano só foi submetido neste momento a aprovação da câmara municipal porque, a partir de 2014 optou-se por aprovar o plano tendo em conta o ano económico e não o ano escolar.

O Vereador José Cruz referiu que nas competências das juntas de freguesia junto das escolas, a câmara municipal não se nega a prestar-lhes auxílio. Pediu para, enquanto se celebram os acordos com as juntas de freguesia nos próximos seis meses, que a câmara municipal continue a dar apoio às mesmas de forma a não deixar degradar os espaços exteriores das escolas.

O Sr. Vereador David Murta começou por dizer que a bancada do PS tinha solicitado que fosse consultada com vista à elaboração do plano, tendo lamentado que tal não se tenha verificado. Informou que dois dias úteis não são suficientes para analisar com o cuidado devido o plano apresentado, e que com um fim-de-semana pelo meio, não teve oportunidade de auscultar os responsáveis dos 2 agrupamentos para ver se o plano corresponde às verdadeiras necessidades, e se os valores financeiros em questão se adequam a essas mesmas necessidades. Mencionou não duvidar do mérito do plano apresentado, mas questionou se as escolas foram envolvidas na sua elaboração. Questionou ainda, face ao número de ações descritas, se os valores previstos para cada agrupamento seriam suficientes, pois parecem-lhe insuficientes e irrisórios (se comparados por exemplo com determinadas verbas relativas à adjudicação de prestações

9
aud.
X

de serviços seja pela Câmara Municipal seja pela Empresa Municipal por valores bem superiores) para uma área social essencial ao desenvolvimento humano, como é a EDUCAÇÃO. Apesar das considerações efetuadas, a bancada do PS, vota favoravelmente a proposta.”

A Vice-Presidente respondeu que ouve sempre com as diretoras dos agrupamentos aquando da elaboração do plano. Que os valores previstos para cada agrupamento são apenas para gastos pontuais com algum material escolar que faça falta para o desenvolvimento de trabalhos com os alunos. Há, no entanto, muitas verbas que são asseguradas pela câmara municipal (consumíveis de informática, papel, telecomunicações, reparações nas escolas, ente outros), que não estão incluídos neste plano.

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O PADEL CLUBE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e o Padel Clube de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

A Sra. Vice-Presidente explicou que este protocolo está na origem de um estágio que está a ser levado a cabo por um licenciado de Desporto junto do PADEL Clube. No âmbito desse estágio, foi proposto pelo estagiário fazer trabalho junto da comunidade escolar de forma a divulgar a prática daquele desporto. Entretanto, como um dos professores das AEC cessou contrato com o município, ficando assim uma vaga por preencher, acordou-se com o estagiário, com a concordância do agrupamento D. José I, preencher a mesma com este estagiário. O protocolo vai no sentido de regular o fato do estagiário passar a assegurar as aulas de AEC. A divulgação do PADEL junto dos alunos é feita fora das aulas de AEC, até porque, há um plano curricular a cumprir.

O Sr. Vereador David Murta começou por referir, repetindo o já mencionado noutras reuniões de câmara, que este tipo de matérias deviam ser tratadas com a implementação de um plano de apoio global às coletividades, tendo mencionado, na sua ótica, que se houvesse contratos-programa com deveres e direitos bem definidos, talvez não existisse a necessidade de fazer este tipo de protocolos casuísticos. Questionou ainda sobre quem irá pagar ao estagiário e quais os respetivos valores, e se o clube tem nos seus quadros um técnico licenciado em desporto e educação física.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Considerando o objetivo e propósito do contrato-programa, que visa o desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular, o voto da bancada do Partido Socialista é favorável.”

11
Pues.
H

ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS BANCAS N.º 155 E 157 DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO A RUI ALEXANDRE BERNARDO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizada a atribuição do direito de ocupação das bancas n.º 155 e 157 do Mercado Municipal de Vila Real de Santo António ao senhor Rui Alexandre Bernardo substituindo assim a atribuição do direito de ocupação das bancas atribuídas a 12 de junho de 1996, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

O Vereador David Murta sugeriu que a câmara municipal fizesse um levantamento de situações similares à presente, auscultando os atuais titulares das bancas dos mercados e propondo uma mudança para bancas consideradas melhor localizadas dentro do mesmos e que estejam vazias.

O Vereador José Cruz questionou se seria feita uma hasta pública para atribuição das bancas que, com a presente deliberação, passaram a ficar vazias, ao que lhe foi respondido que sim.

PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO RAMO DE ATIVIDADE PREVISTO PARA AS LOJAS N.º 30 E 31 DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizado o deferimento do pedido apresentado e consequentemente que seja autorizada a alteração do ramo de atividade previsto para as Lojas n.º 30 e 31 do Mercado Municipal de Vila Real de Santo António, de artesanato para estabelecimento de tipo restauração e bebidas, com fundamento no teor da Informação Jurídica, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

O Vereador David Murta questionou se havia algum problema jurídico com a entidade cessante das lojas objeto desta deliberação, ao que lhe foi respondido pelo Vereador João Rodrigues que não.

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÊNCIA MÃO AMIGA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de acordo de cooperação para o desenvolvimento social com a Associação de Beneficência Mão Amiga e consequente Ficha do Contrato Programa 2014, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



O Vereador José Cruz questionou se as verbas previstas no acordo são sustentáveis para o Município. Pareceu-lhe serem muito elevadas podendo, por esse motivo, faltar noutras áreas.

O Sr. Vereador David Murta começou por referir que neste tipo de acordo com instituições sociais, o PS tem defendido sempre como princípio orientador o estabelecimento de um Plano de Desenvolvimento Social Municipal global, regulador das relações das mesmas com o município. Na sequência desse plano é que deveria haver posteriormente contratos-programa com as diferentes instituições. Questionou a este propósito se o CLAS (da Rede Social) já tinha reunido durante este mandato. Referiu, ainda que, não obstante a idoneidade das propostas, continuam a faltar elementos essenciais para a sua correta análise, designadamente número de utentes das refeições, o número de famílias abrangidas, as atividades a desenvolver, o tipo e forma de apoio e os critérios de atribuição. Assim, poder-se-ia fazer uma análise social mais cuidada das propostas, e que dada a atual situação financeira da autarquia, deveríamos ter mais cuidado na apresentação das mesmas.

A Vice-Presidente referiu que na próxima reunião de câmara municipal poderá dar a conhecer os números dos apoios concedidos.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Os Vereadores da bancada do Partido Socialista reconhecem e são sensíveis ao delicado momento que o país e em particular o concelho de Vila Real de Santo António vive, e que a Câmara Municipal deverá ter um papel de elevada importância no apoio social a agregados familiares socialmente desfavorecidos. Por esse motivo, a posição de voto é favorável.”

16
P. 16
A

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de acordo de cooperação para o desenvolvimento social com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António e consequente Ficha do Contrato Programa 2014, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

O Vereador José Cruz questionou se as verbas previstas no acordo são sustentáveis para o Município. Pareceu-lhe serem muito elevadas podendo, por esse motivo, faltar noutras áreas.

O Sr. Vereador David Murta começou por referir que neste tipo de acordo com instituições sociais, o PS tem defendido sempre como princípio orientador o estabelecimento de um Plano de Desenvolvimento Social Municipal global, regulador das relações das mesmas com o município. Na sequência desse plano é que deveria haver posteriormente contratos-programa com as diferentes instituições. Questionou a este propósito se o CLAS (da Rede Social) já tinha reunido durante este mandato. Referiu, ainda que, não obstante a idoneidade das propostas, continuam a faltar elementos essenciais para a sua correta análise, designadamente número de utentes das refeições, o número de famílias abrangidas, as atividades a desenvolver, o tipo e forma de apoio e os critérios de atribuição. Assim, poder-se-ia fazer uma análise social mais cuidada das propostas, e que dada a atual situação financeira da autarquia, deveríamos ter mais cuidado na apresentação das mesmas.

A Vice-Presidente referiu que na próxima reunião de câmara municipal poderá dar a conhecer os números dos apoios concedidos.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Os Vereadores da bancada do Partido Socialista reconhecem e são sensíveis ao delicado momento que o país e em particular o concelho de Vila Real de Santo António vive, e que a Câmara Municipal deverá ter um papel de elevada importância no apoio social a agregados familiares socialmente desfavorecidos. Por esse motivo, a posição de voto é favorável.”

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - DELEGAÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de acordo de cooperação para o desenvolvimento social com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vila Real de Santo António e consequente Ficha do Contrato Programa 2014, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

O Vereador José Cruz questionou se as verbas previstas no acordo são sustentáveis para o Município. Pareceu-lhe serem muito elevadas podendo, por esse motivo, faltar noutras áreas.

O Sr. Vereador David Murta começou por referir que neste tipo de acordo com instituições sociais, o PS tem defendido sempre como princípio orientador o estabelecimento de um Plano de Desenvolvimento Social Municipal global, regulador das relações das mesmas com o município. Na sequência desse plano é que deveria haver posteriormente contratos-programa com as diferentes instituições. Questionou a este propósito se o CLAS (da Rede Social) já tinha reunido durante este mandato. Referiu, ainda que, não obstante a idoneidade das propostas, continuam a faltar elementos essenciais para a sua correta análise, designadamente número de utentes das refeições, o número de famílias abrangidas, as atividades a desenvolver, o tipo e forma de apoio e os critérios de atribuição. Assim, poder-se-ia fazer uma análise social mais cuidada das propostas, e que dada a atual situação financeira da autarquia, deveríamos ter mais cuidado na apresentação das mesmas.

A Vice-Presidente referiu que na próxima reunião de câmara municipal poderá dar a conhecer os números dos apoios concedidos.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Os Vereadores da bancada do Partido Socialista reconhecem e são sensíveis ao delicado momento que o país e em particular o concelho de Vila Real de Santo António vive, e que a Câmara Municipal deverá ter um papel de elevada importância no apoio social a agregados familiares socialmente desfavorecidos. Por esse motivo, a posição de voto é favorável.”

ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - EXIGÊNCIA AO GOVERNO PARA A ENTREGA IMEDIATA DAS SALAS QUE ESTÃO EM CONDIÇÕES DE SER UTILIZADAS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador José Cruz, no sentido da Câmara Municipal exija ao Governo a entrega de imediato à Escola Secundária das salas em condições de serem utilizadas, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

O Vereador José Cruz informou que o Ministério da Educação já fez entrega de salas em muito pior estado do que as salas que já estão prontas na Escola Secundária de Vila Real de Santo António. Pediu para que a câmara municipal redigisse uma carta ao Governo para que intervenha nesta escola.

O Vereador David Murta concordou com a proposta, tendo mencionado que o PCP não é o único Partido Político preocupado com a situação e referindo que neste tipo de matérias devemos estar todos unidos. Disse também, que outras escolas do Algarve na mesma situação já tinham resolvido as suas situações e que a de Vila Real de Santo António ainda não. Por fim questionou o porquê das aulas de Educação Física não estarem ser dadas no Complexo Desportivo.

A Vice-Presidente relatou todas as iniciativas e medidas tomadas quanto a este assunto nos últimos tempos, de forma a resolver a situação das instalações por entregar na Escola Secundária.

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PRAIA DA MANTA ROTA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser atribuído de um subsídio anual no valor de 1.000,00 € à Associação Desportiva Praia da Manta Rota para auxiliar na participação das provas dos campeonatos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

A Vice-Presidente explicou que o apoio a conceder destina-se à participação de crianças em competições de pesca desportiva, que se encontram a competir no âmbito desta associação.

O Vereador David Murta referiu que os considerandos da proposta estão algo confusos e que só na última linha se percebe o verdadeiro intuito da mesma. E que a mesma está redigida de forma insuficiente, pois deveria explicar melhor qual o objetivo do apoio.

Relembrou novamente que, não sendo contra a atribuição deste subsídio, a posição do PS é que se deveria proceder à elaboração de um plano de desenvolvimento global para as instituições culturais/recreativas/desportivas/lazer, onde ficassem bem definidas as regras de apoio. E que mais uma vez constata que é tudo feito de forma casuística e isolada, e sem um suporte de um relatório técnico.

19
—
aut.
10

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NA FREGUESIA DE MONTE GORDO - RUA MANUEL DE ARRIAGA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser atribuída a numeração policial na freguesia de Monte Gordo, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

O Vereador José Cruz referiu que na proposta não se consegue identificar a casa a que é atribuído o número policial em causa. O Vereador João Rodrigues explicou aos restantes membros da câmara municipal a forma como a numeração é atribuída, assim como, a alteração dos cartões de identificação dos moradores quando há uma alteração de numeração policial não tem custos para os mesmos.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Registou-se a intervenção do munícipe:

Sr. Eng. Feliciano Guterres, que disse que já recebeu os despachos relativos ao seu pedido sobre a utilização das viaturas municipais. Questionou se o Plano de Cérceas aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal iria para discussão pública ou se é já considerado aprovado.

A Sra. Vice-Presidente informou que o Plano iria ser sujeito a discussão pública.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Vice Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10 horas e 35 minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, António Almeida, Chefe de Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, a redigi, subscrevo e assino.

António Almeida

António Almeida